



CASO HENRY BOREL

Monique é solta horas após perdão judicial

Mãe do menino foi condenada a 1 ano e 4 meses por omissão, mas já havia cumprido 5 anos em regime fechado; Ministério Público informa que vai recorrer da decisão. Jairinho, por sua vez, foi sentenciado a 43 anos e 9 meses de prisão

» FERNANDA STRICKLAND
» CAETANO YAMAMOTO*

Tomaz Silva/Agência Brasil



O Ministério Público do Rio de Janeiro informou que vai recorrer da decisão que concedeu perdão judicial à professora Monique Medeiros, mãe de Henry Borel, após o Tribunal do Júri concluir, na madrugada de ontem, que ela não participou de forma intencional da morte do filho. A medida foi anunciada após o encerramento do julgamento que condenou o ex-vereador Jairo Souza Santos Júnior, o Dr. Jairinho, a 43 anos, 9 meses e 20 dias de prisão pelo assassinato do menino.

Monique recebeu alvará de soltura ao fim do julgamento e teve a pena considerada cumprida. Ela deixou o Instituto Penal Talavera Bruce, em Bangu, na Zona Oeste da capital fluminense, na tarde desta quinta-feira, horas após o veredito.

A controvérsia surgiu após a juíza Elizabeth Machado Louro conceder o benefício a Monique, com base na conclusão dos jurados de que ela não contribuiu deliberadamente para a morte da criança. Para o MP, entretanto, a condução da votação dos quesitos apresentados ao conselho de sentença pode ter influenciado no resultado.

Segundo o promotor Fábio Vieira, os jurados teriam inicialmente reconhecido a responsabilidade de Monique por homicídio doloso, mas a votação foi refeita após questionamento da defesa sobre a formulação da pergunta apresentada aos jurados. De acordo com Vieira, a acusação entende que a votação não deveria ter sido reiniciada. O promotor afirmou que essa questão será objeto de recurso e deverá ser analisada pelas instâncias superiores.

A defesa de Monique, por sua vez, sustentou que houve erro na elaboração dos quesitos. Os advogados argumentaram que os jurados foram inicialmente questionados apenas sobre a existência de homicídio doloso, sem a possibilidade de avaliar a hipótese de homicídio culposo, o que contrariava a estratégia defensiva. A juíza reconheceu a inconsistência e determinou a reformulação da pergunta.

O criminalista Hugo Novais afirmou que a correção era necessária para evitar eventual anulação do julgamento. Segundo ele, o grande número de quesitos pode gerar confusão, mas a decisão final cabe soberanamente ao Tribunal do Júri.

Para juíza, a professora e mãe de Henry foi alvo de "misoginia declarada" e de "massacre" público ao longo dos últimos cinco anos

Tomaz Silva/Agência Brasil



Defesa de Jairinho informou que pretende contestar o resultado

Monique havia sido denunciada por homicídio doloso por omissão. Ao fim do julgamento, porém, os jurados afastaram a acusação de que ela teria contribuído intencionalmente para o assassinato do filho. Com a

desclassificação da imputação, a magistrada aplicou o perdão judicial, instituto previsto no Código Penal para situações em que as consequências do crime já atingiram o réu de forma considerada suficientemente grave.

Misoginia

Na sentença, a juíza justificou que Monique foi alvo de "misoginia declarada" e de um "massacre" público ao longo dos últimos cinco anos. A magistrada entendeu que a professora recebeu tratamento mais severo por ser mulher e destacou que ela não teve participação intencional na morte de Henry.

O Ministério Público, no entanto, sustenta interpretação diferente do veredito. Para o órgão, os jurados estabeleceram que Jairinho foi o autor direto da morte da criança, enquanto Monique teve responsabilidade culposa ao não impedir o desfecho fatal.

Apesar de afastarem a acusação de homicídio doloso, os jurados condenaram Monique por omissão relacionada a um episódio anterior de tortura ocorrido em fevereiro de 2021. Na ocasião, segundo a acusação, ela recebeu da babá um vídeo que mostrava Henry mancando após permanecer sozinho com Jairinho. A pena aplicada foi de um ano e quatro meses de prisão. Como a professora permaneceu presa preventivamente por quase cinco

anos, a punição foi considerada integralmente cumprida.

Para que Monique volte a responder por homicídio doloso, o Ministério Público deverá buscar a anulação da parte do julgamento que a beneficiou. O promotor informou que não pretende recorrer da pena imposta a Jairinho, embora tenha discordado da absolvição do ex-vereador em dois episódios de tortura que poderiam elevar significativamente a condenação.

O julgamento considerado o mais longo da história do estado foi encerrado após 11 dias de depoimentos, debates e sustentações das partes. Henry Borel morreu em 8 de março de 2021, aos quatro anos de idade, no apartamento onde Monique e Jairinho moravam na Barra da Tijuca.

Revolta

A decisão a favor de Monique provocou forte reação do pai do menino, o vereador Leniel Borel (PP-RJ). Ele classificou o resultado como a "terceira morte de Henry" e afirmou que a sentença cria um



Mataram o meu filho pela terceira vez. (...) Por causa de decisões como essa, se abre precedente para outras mães, genitoras, que possam matar os seus filhos, que possam permitir que seus filhos sejam mortos"

Leniel Borel, pai de Henry

precedente preocupante para casos de violência contra crianças. Segundo Leniel, a principal expectativa em relação a uma mãe é a proteção dos filhos.

"Agora venho falar que mataram o meu filho pela terceira vez. O que foi falado ali (no julgamento) é que a misoginia matou o Henry. O Henry representa essas milhares de crianças que são vítimas todos os dias e, por causa de decisões como essa, se abre precedente para outras mães, genitoras, que possam matar os seus filhos, que possam permitir que seus filhos sejam mortos", declarou Leniel. "O que a gente espera de uma mãe? É proteção", emendou.

A defesa do Dr. Jairinho também anunciou que pretende contestar judicialmente o resultado do julgamento. Os advogados do ex-vereador alegam que as provas produzidas ao longo do processo não justificam a condenação e informaram que pedirão a nulidade do júri.

Ao longo do julgamento, a defesa sustentou que Henry não morreu em decorrência de agressões praticadas por Jairinho. Os advogados defenderam a hipótese de que as lesões poderiam ter sido provocadas por um acidente anterior e questionaram os laudos periciais utilizados na investigação.

Os jurados, entretanto, acolheram a tese da acusação e condenaram o ex-vereador por homicídio duplamente qualificado, um episódio de tortura e crime de coação. Com a sentença, Jairinho permanecerá preso.

* Estagiário sob a supervisão de Andreia Castro

DIA MUNDIAL DO MEIO AMBIENTE

Força-tarefa para reduzir metano

O Brasil pode ser referência para frear o aquecimento global. É o que acredita Ana Toni, CEO da 30ª Conferência das Partes sobre Mudança do Clima (COP30). Segundo ela, já existem tecnologias disponíveis e soluções economicamente viáveis para isso. "O desafio é transformar esse tema técnico em uma agenda compreendida e abraçada pela sociedade", disse a diretora-executiva da COP no Brasil durante a Rio Nature & Climate Week, no Fórum de Emergência Climática, que termina amanhã.

Ao reunir governo, ciência, setor produtivo e sociedade civil, o evento, que acontece em meio ao Dia Mundial do Meio Ambiente, comemorado hoje, debate uma das medidas mais rápidas para frear o

aquecimento global, segundo especialistas: a redução das emissões de metano. Para Henrique Bezerra, líder do Global Methane Hub (GMH) na América Latina, "o metano ocupa uma posição central na agenda climática porque é responsável por cerca de um terço do aquecimento global que já vivemos". "Reduzir suas emissões é a forma mais eficaz de desacelerar o aquecimento global nas próximas décadas", enfatizou.

O mais importante, segundo Ana Toni, é que "já existem tecnologias disponíveis e soluções economicamente viáveis para reduzir o metano. É aí que a comunicação desempenha um papel fundamental".

Outro destaque do fórum, a ex-ministra do Meio Ambiente Marina Silva afirmou que "a mudança do

clima não é um problema de um setor da economia, é um desafio que atravessa toda a sociedade". "Enfrentar esse problema exige ação coordenada, financiamento, inovação e compromisso político. Seja reduzindo metano ou CO2, só alcançaremos nossas metas climáticas se governos, empresas, cientistas e sociedade atuarem juntos para enfrentar o desmatamento, as queimadas e as emissões dos combustíveis fósseis", disse a deputada federal.

O Brasil é o quinto maior emissor de metano (CH4) do planeta, atrás de China, EUA, Índia e Rússia, mas também entre os países com maior potencial para liderar sua redução. Responsável por cerca de um terço do aquecimento global desde a era industrial, esse

superpoluente tem uma característica que o diferencia do carbono: seu tempo de permanência na atmosfera é muito menor, cerca de 12 anos, em média, o que significa que reduções agora produzem efeitos climáticos em anos, não em séculos, como o carbono.

"Quando falamos em mitigação de metano, estamos falando de soluções concretas e acessíveis: compostagem de resíduos orgânicos, produção mais sustentável de carne, leite e arroz, e combate aos vazamentos na indústria de petróleo e gás. São medidas de baixo custo", explicou Henrique Bezerra. "Reduzir o metano não é apenas uma agenda climática; é uma agenda de desenvolvimento, qualidade de vida e economia para a população."

Fernando Souza/Gota



Marina Silva e Sonia Guajajara durante fórum em prol do clima no Rio